

NOTAS DE LEITURA

«Cartilha do Marialva», José Cardoso Pires, Ulisseia, 1960.

Esta cartilha, «redigida a propósito de alguns provincianismos comuns e ilustrada com exemplos reais» merece carreira mais ampla do que a que lhe foi permitida nesta edição de quatrocentos exemplares. Numa época em que, cuidadosamente, se alimentam equívocos e os escritores — alguns escritores — fazem todo o possível para os ignorar, o depoimento de José Cardoso Pires ganha ainda mais significado. Livro corajoso e firme. Convém divulgá-lo entre os que melhor o entenderão, pois não cremos que as três ou quatro centenas de privilegiados que o guardam nas estantes extraíam dele a lição mais conveniente.

O livro, antes de mais, é rico de sugestões para um exame de consciência cívica pois não faltam «exemplos reais» e juízos típicos para cada um aferir o seu tipo de mentalidade.

Fundamentalmente, José Cardoso Pires, traça a genealogia de duas mentalidades que se afrontam neste país. Não interessa agora averiguar se historicamente tais genealogias são exactas. Romancista, o autor da «Cartilha» tipifica, sintetiza e ordena o material histórico em função dos seus dois personagens: o marialva e o libertino. Para não isolar o libertino do século XVIII, que é o que mais lhe interessa, identifica-o ao herói inconformista de todo o tempo que lúcida e decididamente se decide a entrar no jogo da classe dirigente, dissolvendo-a por dentro. Destruindo os seus próprios valores. Inconformista é o goliardo, o «estrangeirado», o cidadão... é uma verdadeira estirpe de heróis que, enquanto se não deixam vencer ou comprar, envenenam o adversário, liquidam-no com o riso, organizam com frieza a revolta e conspiram. Nesta batalha, a mulher tem também o seu papel a desempenhar. Por isso o «marialva» não vê com bons olhos a carreira feminina nos salões iluminados pelas luzes de Voltaire... Nunca, aliás, pôde conceber a mulher emancipada da tarefa de se lhe entregar «finalmente vencida». Cardoso Pires prova que ela está *préviamente*

vencida pela educação. Que ela tem papel muito semelhante à ignorância que a sociedade marialva cultiva dentro e fora de si. Uma das teses aliciantes deste livro é a de que a ignorância, o ruralismo, a não planificação, a resignação campestre ou a conservação fetichista do lugar comum e da asneira letrada são cultivadas cuidadosamente no seio das classes contrárias ao urbanismo. «Sentir-te-ás melhor com as florestas do que com os livros. Os bosques e as pedras dar-te-ão mais ensinamentos do que todos os mestres do mundo». A máxima, traduzida por Cardoso Pires, é de S. Bernardo e aplica-se, como uma luva, a este personagem que, ao longo da história, nos vem impedindo, pela força, de contrariar o confortável mundo da ignorância!

Aparentemente a antinomia marialva-libertino disfarça ou menospreza as contradições fundamentais da sociedade em que nos é dado viver. Objectar-se-á que a linguagem sibilina ou simbólica é, por vezes, mais directa ou mais possível, o que justifica, em parte, os dados de Cardoso Pires. Também o cremos. De resto o simbolismo do livro não ignora os conflitos básicos. Dominando a luta entre a cidade e o campo surge, claro e nítido, o problema da subsistência das formas feudais de produção, a imaturidade económica e social das classes, o «aportuguesamento» da batalha europeia entre a burguesia e a nobreza feudal. Não é difícil distinguir quem resiste à industrialização, aos planos de fomento, à própria ideia de planificar, ao progresso da cultura, à difusão das luzes... O marialva mal sabe em que consiste tudo isso. Mas sabe por «instinto», por herança paterna, por «atmosfera» a quem deve resistir ou o que convém destruir. O conflito entre o espírito urbano, atento à novidade, herético e «economista» e o espírito marialva, retrógrado, agrário, *aliado do trombo e do altar* — segundo a expressão do passado século — vem de longe. Cada um dos que nele se encontram empenhados reconhece, quase por intuição, quem é o inimigo. A atitude progressista sente-se à léguas...

o vocabulário reaccionário tem já uma frequente utilização pelas classes predominantes. Historicamente Cardoso Pires traça do libertino o perfil breve, ou o próprio intento: «destruir os resquícios medievais do tempo, defender a mentalidade urbana contra as «prudências» e as tenebrosas ideias da ordem rural». Em todos que, no passado, se distinguiram nesta actividade de sapadores corre-lhes nas veias sangue libertino — até o judeu. E, na verdade, quem ignora o papel do judeu no processo de desenvolvimento do capitalismo moderno? Quem organizou a liquidação da raça judaica e levou a tarefa por diante até ao século XVIII? O marialva, «anti-libertino português, privilegiado em nome da razão da casa e do sangue» e «socialmente um indivíduo interessado em certo tipo de economia e em certa fisionomia política assente no irracionalismo». A quem beneficiava a extorsão dos bens judaicos, após o processo da averiguação inquisitorial da limpeza do sangue? E, modernamente, a quem repugna a reforma da terra, a planificação industrial, a modificação das relações de classe, o aumento do nível de vida? Quem beneficia com a educação feminina a moda antiga, com aquela austeridade toda provinciana da mulher que fica em casa a «cuidar da ninhada» enquanto o varão cuida da amante? A quem aproveita esta *divisão de trabalho* no interior do sexo feminino? Ao marialva. Marialva é pois contra a emancipação da mulher, como é contrário a toda a emancipação. O próprio verbo emancipar provoca-lhe estranha náusea. Marialva é anti-judeu, intolerante, dogmático e quase analfabeto. Desconhece as encíclicas do Vaticano. E não lê a Bíblia. Não faz a mínima ideia do que quer dizer a *mensagem evangélica*. É uma tal mentalidade, ou o seu triunfo, que permite «contrariar a evolução das sociedades menos actualizadas» — ou melhor, das sociedades menos modernizadas, pois continua a ser o espírito da Idade Média contra a Idade Moderna que (em 1960, Idade Contemporânea) se debate».

No fundo, a entranhada subsistência das formas de produção medieval, a sobrevivência de códigos de honra, de critérios de educação e padrões valorativos totalmente fora do tempo, conferem a este nosso país estranha fisionomia. Sobre-tudo, dá a sensação de pesadelo a quem quer que tenha estado entre

povos desenvolvidos durante certo tempo. Cardoso Pires, reconhece, pois, no íntimo da questão, um problema que se resolve em termos económicos: «quando os processos mecânicos afastarem definitivamente o camponês dos mitos da terra, quando o esforço do braço sobre o arado, durante meses, anos e gerações for substituído por umas horas de tractor e a folhinha de todo o ano der lugar à orientação meteorológica, às chuvas artificiais e às radiações».

O problema é resolúvel em termos de economia, sem dúvida. Mas em termos revolucionários e não com reformas de fomento — aí temos o *fontismo*...

Por isso — e talvez só por isso — Cardoso Pires se iludiu um pouco no juízo da época pombalina. Vem da historiografia liberal (vintista) a ideia da *revolução pombalina*. Pura ilusão. Ilude-se, pois, o autor da Cartilha ao admitir, sem reservas, que, com o advento de Pombal, «o marialva recolheu à toca senhorial» e lá ficou a ruminar vinganças até à *viradeira*. A época de Pombal é, decerto, um elemento a considerar no esforço da actualização que, de vez em quando, este país realiza para se pôr ao par da Europa. Mas é simplificar demasiadamente as coisas, admitir que o marialva «recolhe à toca». Quem atente nos índices expurgatórios da Real Mesa Censória, pondere na prudência da reforma universitária, nos tumultos dos nobres, no seu colégio, contra os professores, na repressão dos burgueses do Porto (contada por Arnaldo Gama), na estranha maneira como tudo volta ao regabofe marialvista no seguinte reinado de D. Maria I... quem, finalmente, medite nos requintes selváticos do processo dos Távoras, não pode deixar de usar de grande prudência no juízo da época Pombalina. Perde-se, por vezes, a perspectiva europeia do Portugal de meados do século XVIII — esquece-se que, no tempo, realizava a França a sua grande campanha enciclopedista e a Inglaterra, «a feliz e velha Inglaterra», fizera já a sua revolução burguesa, que a Holanda era, desde o século XVI, o primeiro estado capitalista europeu e que a Espanha, apesar da terrível agonia do seu império, se agitava, no reinado de Carlos III, em busca da actualização industrial...

Aqui, senhores, não nos esqueçamos é Portugal — o País das Uvas, cantinho à beira-mar...

ALBERTO FERREIRA